



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682092 - SP (2021/0230789-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RAFAEL ZAMBON DE MORAES - PR074710
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DANILO APARECIDO SALVADOR (PRESO)
CORRÉU : EMERSON ROBERTO LEMES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DANILO APARECIDO SALVADOR, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação Criminal n. 1502962-34.2020.8.26.0320).

O paciente foi condenado pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, c/c o 61, inciso II, alínea "j", do Código Penal, às penas de 10 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 1.000 dias-multa, no valor unitário mínimo.

Interposta apelação defensiva, esta foi parcialmente provida pelo Tribunal de origem, a fim de reduzir a pena imposta ao patamar de 8 anos e 9 meses de reclusão e ao pagamento de 875 dias-multa, no valor unitário mínimo. Daí o presente *writ*.

A impetrante sustenta a necessidade de revisão da dosimetria da pena.

Alega que a pena-base foi majorada excessivamente (fração de 1/2) e que a confissão espontânea deveria ser integralmente compensada com a reincidência.

Aduz que a pena-base deveria ser aumentada somente em 1/8 ou 1/6 para cada vetorial.

Entende que, ainda que a reincidência seja específica, a atenuante da confissão deveria ter sido integralmente compensada.

Requer, liminarmente, a suspensão da execução da pena até o julgamento final deste *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja revista a dosimetria da pena, com redução da pena-base e a compensação integral entre a reincidência e a confissão espontânea.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, "por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório" (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intime-se.

Brasília, 21 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência